



Anais da Assembleia

N.º 58

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Ivan Rüppel.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Celso Sabóia, Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a importância da instalação de agência ou sub-agência da instituição de crédito no Distrito de Cafezal, município de Iporã, tendo em vista o elevado número de pessoas que vivem e exercem atividades produtivas na próspera região.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Presidente da SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná e Prefeitura Municipal de Cascavel, sugerindo-lhes seja firmado convênio para que a responsabilidade pelo sistema de Água e Esgoto do Distrito de Cafelândia do Oeste seja assumida pela SANEPAR.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a responsabilidade pelo sistema de água e esgoto da cidade de Cascavel cabe, em razão de convênio, à SANEPAR.

A participação da Prefeitura, segundo nos foi informado

através de ofício datado de agosto do ano passado, é feito de acordo com Lei Municipal e Contrato de Concessão, de 25 por cento do investimento procedido pela SANEPAR.

Partindo de existência desse contrato, seus termos poderão ser ampliados, através de aditamento, no sentido de que sejam abrangidas, também, as obras do Distrito de Cafelândia do Oeste.

Sugerimos a inclusão de Cafelândia no convênio, porque esse distrito, pela sua pujança, conforme já foi verificado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, possui todos os requisitos necessários para ser elevado à condição de município.

Como distrito, não tem ainda autonomia para, por si só, firmar o convênio em tela.

A população de Cafelândia do Oeste aguarda com interesse a atenção das autoridades a quem dirigimos este apelo, a fim de que possa ser concretizada essa justa aspiração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvindo o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, sugerindo providências no sentido de que, dentro do programa "Esporte para o povo" sejam construídas canchas de esportes nas localidades seguintes: Vila Formosa - 500 estudantes; Carbonera, 600 estudantes; São José, 450 estudantes e Indo-Ivaí, 520 estudantes, todos do município de Maria Helena; em convênio com o referido município.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Na campanha encetada pelo Governo do Estado, visando dotar todos os municípios paranaenses de canchas esportivas dando condições a nossos estudantes quer do primeiro ou do segundo grau, praticar esportes, sabemos que, muitas obras foram construídas, porém, quase sempre em sedes municipais, o que é louvável. No entanto, os chamados Distritos Rurais não foram beneficiados. É de justiça, que a presença de obras destinadas a práticas esportivas também nas sedes dos Distritos Rurais, especificamente em Vila Formosa, Carbonera, São José e Indo-Ivaí no município de Maria Helena, que estão a exigir tal melhoria, sejam construídas.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Existe um adágio, desde os tempos de Cristo, "para dar a César, o que é de César".

Ontem ocupou a tribuna o ilustre Deputado Otássio Pereira, para enfocar o acontecimento no que concerne ao problema estudantil em nossa querida Pátria.

Com todo o respeito que dedicamos a este ilustre parlamentar e com todo o respeito que temos aos estudantes do Paraná e do Brasil, queremos fazer uma pequena alusão à notícia publicada hoje na "Gazeta do Povo", sobre o pronunciamento de diversos Deputados, na Câmara Alta, dando voto de confiança ao ilustre paranaense, ao lapeano Ministro Ney Braga.

Queríamos neste instante, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento do povo do Paraná, que S. Exa. foi altamente elogiado e prestigiado por Deputados de nossa agremiação, que discor-

reram sobre sua atuação no problema que diz respeito a uma suposta crise estudantil, quando seriamente o Ministro paranaense, este político de projeção brasileira, teve a felicidade de procurar dialogar e dar de si para que o País, nossa querida Pátria, continue neste mar de tranquilidade.

Vamos trazer ao conhecimento de nosso Paraná o que disseram os Deputados, em Brasília. Sem contestação, "vários parlamentares ocuparam a tribuna na sessão de anteontem na Câmara, para elogiar o pronunciamento em que o Ministro da Educação, Ney Braga, pediu tranquilidade aos estudantes, que marcaram para ontem manifestações em várias universidades do País."

S. Exa. o Ministro Ney Braga, não pediu arbitrariedades, não fez funcionar decretos que poderia ter em suas mãos. Apenas pediu paz e tranquilidade aos jovens brasileiros.

Falaram os Deputados Carlos Wilson, de Pernambuco; Santos Filho, do Paraná; Norton Macedo, do Paraná e diversos outros Deputados, aplaudindo o pronunciamento do Ministro da Educação.

O primeiro a falar foi o vice-líder emedebista Odacir Klein, do Rio Grande do Sul, que, ao referir-se ao apelo de Ney Braga no sentido de que o Governo e povo procurem juntos o caminho da ordem, da tranquilidade e da lei, afirmou "que é justamente isso que a Nação quer".

Veja bem, Deputado Otássio Pereira, que um de seus companheiros apóia incondicionalmente a atitude magnânima, magnífica e sóbria deste grande paranaense que é Ney Braga que, para a felicidade nossa e para a felicidade da classe estudantil do Brasil, é o nosso Ministro da Educação.

Dizia aquele parlamentar gaúcho, "que é exatamente isto que a Nação quer".

O Deputado Carlos Wilson, da ARENA pernambucana, universitário de 27 anos, elogiou a atitude do Ministro Ney Braga em "reconhecer que a juventude deve participar do diálogo com o Governo, pelos meios próprios, sustentando suas reivindicações junto ao Ministério da Educação".

Lembrou o Deputado que o mais importante que "até hoje, o Ministro não aplicou o Decreto 477, e disse que "nas intervenções que ordenou em algumas universidades foram orientadas pelo intuito de defender os interesses dos alunos".

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência comunica que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. No entanto, concede-lhe mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente.

"Afirmou que Ney Braga é um homem aberto ao diálogo, que nunca fechou as portas do seu gabinete às delegações estudantis".

"— Merece por isso — acrescentou —, o nosso apoio, tanto mais quando demonstra, aos seus companheiros de equipe, que a conversa é, ainda, o melhor caminho para todos os problemas do convívio social, principalmente em questões políticas."

Por falta de tempo, deixamos de mencionar o que disse o nobre Deputado Joaquim Santos Filho, nosso companheiro da ARENA.

Mas, solicitamos, Sr. Presidente, que este nosso pronunciamento seja enviado a S. Exa. o Sr. Ministro da Educação e Cultura, para que S. Exa. tomasse conhecimento. Porque, como diz o adágio popular, "vamos dar a César o que é de César". E precisamos demonstrar a confiança que depositamos nesse paranaense, nesse lapeano, que é o Sr. Ministro Ney Amintas de Barros Braga.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Após 28 de fevereiro, quando fui cassado pelo AI-5 do

MDB, é a primeira vez que ocupo esta tribuna.

Quero, nesta manhã, encaminhar um requerimento à Mesa desta Casa, com o seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, após ouvido o douto Plenário, requer seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Ministro da Justiça e Grupo de Trabalho, para que estudem a viabilidade da criação do Estado do Iguaçu, desmembrando do Estado do Paraná, tendo como sua Capital o próspero município de Campo Mourão.

O Paraná, Estado da Federação tem a sua Capital situada no extremo sul e o norte tem sempre pautado com ônus da administração, cuja produção tem papel predominante na exportação de seus produtos, merecendo assim, mais atenção de seus governantes.

A divisão do Paraná é tão necessária, tanto ou mais que o vizinho Estado de Mato Grosso, considerando que a sua pujança está na produção de café, soja, gado vacum e suínos etc., e tem recebido de seus governantes, somente seu suor e gotas de sacrifícios no progresso que ostenta aquela região.

Os paranaenses do norte do Estado, cientes e conscientes de seus deveres, esperam e confiam na reivindicação que estamos encaminhando.

A Capital do Estado do Iguaçu, será Campo Mourão, por ser uma cidade central, tendo sido cogitada anteriormente para ser a Capital paranaense.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1977."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Governo está muito preocupado com a alimentação das camadas pobres da população. As classes trabalhadoras estão sendo cortejadas pelo governo.

Caravanas nacionais de trabalhadores estão recebendo passagem para ir à Brasília, para o beija-mão presidencial.

O Governo adota medidas para melhorar o padrão alimentar do povo e até organiza uma pesquisa da opinião pública, para obter a amostragem da alimentação média do brasileiro.

O povo come mal. O Governo sabe que o povo come mal. Mas o Governo talvez não saiba ainda o quanto mal come o povo brasileiro, porque acredita que o salário-mínimo é compatível com as necessidades de nutrição do brasileiro.

Com certeza, os trabalhadores recrutados para irem à Brasília dizer de suas esperanças no atual Governo, vão aproveitar a oportunidade para explicar o que estão comendo. Como conseguem sobreviver.

Os tecnocratas, acostumados a lidar com a renda "per capita" pensam que os trabalhadores do País estão dentro dos cálculos desta renda a não ser como divisor desses cálculos.

O trabalhador brasileiro não deve ficar espantado com a renda "per capita" do nosso País, pois o Governo soma seus salários com os salários e gratificações do Sr. Lutfalla, do Sr. Banco Econômico, do Sr. Independência, do Sr. Decred, do Sr. Halles e tantos outros.

A média é muito alta. E esta média é a renda "per capita".

Não faz muito, um tecnocrata afirmou que os trabalhadores estão comendo muito mais carne do que antes. Que cada pessoa neste País está consumindo 15 quilos de carne ao mês.

Mas se está consumindo carne de boi não se sabe.

Só se os banquetes em vez de diminuir estão aumentando.

Só se os ricos estão consumindo mais proteínas animais do que antes. Porque os trabalhadores estão consumindo menos carne.

O Governo pode fazer pesquisas e constatar isso.

E nós vemos a marmitta do operário com algum arroz,

algum feijão (quando existe feijão), com algum repolho e, eventualmente um ovo. É uma alimentação muito pobre, conquistada com grande sacrifício e nos parece um deboche fazer também uma média da alimentação no País, entre ricos e pobres, e depois fazer a média”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos até esta tribuna para dizer que 10, 11, 12, 13 anos já se passaram. Realizou-se um movimento para melhorar a situação do povo brasileiro. E, esta melhoria, ainda não chegou, ao trabalhador brasileiro, ao trabalhador responsável pelo progresso, responsável por tudo o que é bom neste País.

Nós sabemos o que está havendo. São uns ganhando muito e os trabalhadores ganhando pouco, o suficiente para atender as necessidades de suas famílias.

Sr. Presidente, são estas as nossas palavras.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, às 20,00 horas, tivemos a oportunidade de assistir, na Galeria de Artes da Travessa Oliveira Belo, uma exposição de pintura e, com satisfação constatamos de que a pintora que ali se apresentava, é uma pintora paranaense.

É uma pintora nascida no município que eu tenho a honra de haver nascido, nascida no município que o Presidente desta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, nasceu, o município de Reserva, Interior do Paraná.

Nós que conhecemos esta pintora quando ainda criança, sabemos que ela não participou de escolas de arte, pinta apenas por idealismo e, dentro desta pintura sem nenhuma técnica, ela conseguiu projetar-se no cenário brasileiro, ajudando a cultura deste País, através da sua arte; com satisfação, sabemos, também, que esta pintora já ganhou prêmios na Bienal de São Paulo, de pintura, já ganhou prêmios no III Encontro de Pintura em Brasília, e que está sendo convidada para se apresentar em várias capitais do Brasil; com satisfação sabemos e vimos que esta pintora retrata, nos seus quadros, as paisagens da região que ela representa, que é o município de Reserva e circunvizinhos — ela retrata nos seus quadros, as colônias existentes naquela região com os seus característicos pinheiros Araucária, que são quase um símbolo do nosso Estado.

Por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, dentro da nossa função, função onde somos fiscais, e como fiscais temos o direito, o dever de criticar tudo aquilo que entendamos errado neste Estado, assim como temos também a obrigação de incentivar os nossos conterrâneos que contribuam com alguma coisa em favor da cultura do nosso País, nós, sentindo esta obrigação e este dever é que apresentamos hoje um requerimento que, submetido à apreciação da Casa, deverá conceder um título de louvor a esta pintora.

O citado requerimento tem, como súmula, o seguinte: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvida a Casa, seja concedido um voto de louvor à pintora paranaense Ivoneth Gomes Miessa, por ter esta com seus quadros reproduzindo paisagens autenticamente paranaenses, participado do III Encontro dos Artistas Plásticos, de Brasília e Bienal de São Paulo, galgando prêmios para o Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A pintora Ivoneth Gomes Miessa, natural de Reserva - PR, sem nenhum curso de arte ou pintura, com idealismo e esforço se projeta no campo da pintura, contribuindo assim para a edu-

cação, através da arte, levando a outros Estados as belezas das paisagens do Paraná, principalmente da região em que nasceu — centro do Estado. Os seus quadros nos devolvem imagem das casas de colonos eslavos, de pinheiros (araucária), serrarias, povoados do centro do Paraná etc...

Por tudo isso, merece o incentivo desta Casa, recebendo de nós representantes do povo do Paraná, este voto de louvor”.

Era isto, Sr. Presidente, e muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara. (Declina).

Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era meu propósito fazer uma análise sucinta sobre os trabalhos que se desenrolaram nos 3 últimos dias e que concluímos, ontem. Esse esforço conjugado dos 3 Estados do Sul, no sentido de encaminhar apelo e definir o ponto de vista parlamentar do que seja PRIORIDADES para as rodovias e as ferrovias que servem à malha desses 3 Estados.

No entanto, farei uma apreciação mais abrangente na próxima semana e me valho deste Pequeno Expediente para encaminhar, à Mesa, um requerimento à SANEPAR, cuja súmula é a seguinte:

Requer seja enviado ao Sr. Presidente da SANEPAR e à Prefeitura de Cascavel, sugerindo-lhes que seja firmado convênio, a fim de que a primeira assuma a responsabilidade pelo sistema de abastecimento de água e rede de distribuição de esgotos no distrito de Cafelândia do Oeste, município de Cascavel.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este distrito que predente se emancipar, e que tramita nesta Casa um projeto, uma proposição, no intuito de se desmembrar de Cascavel, transformando-o em município de Cafelândia. Já existe uma rede precária de abastecimento de água na chamada Cafelândia do Oeste. E, a população, pelos constantes entendimentos e contatos que temos mantido com aquele povo, declinaram o desejo de que seria mais viável a entrega à SANEPAR do abastecimento de água já existente, servido de poço artesiano. Não que a SANEPAR satisfaça plenamente os anseios das populações que ela serve, neste Paraná. Ocorre, todavia, que se trata de um distrito que está à mercê de ser transformado em município e, também, pelo fato de que há urgente necessidade de fazer o seu saneamento básico, saneamento no que se refere ao abastecimento de água e esgoto da cidade.

Este é o apelo que deixo aqui às autoridades do setor para que, aproveitando já a concessão que tem para esse exercício no município de Nova Aurora e, fatalmente, Cafelândia fica entre Cascavel e Nova Aurora, poderia desta forma aproveitar-se daquele serviço que faz em Nova Aurora e, centralizando ali o seu quadro de pessoal, servir, também, à Cafelândia que fica cerca de 10 quilômetros de Nova Aurora.

Este é o sentido do requerimento e já foi feito um apelo pela Sub-Prefeitura de Cafelândia com este mesmo sentido.

É no sentido de enfatizar o apelo já formulado, verbalmente, que venho a esta tribuna formalizar a pretensão daquele distrito para que a SANEPAR abarque também, aloje também nos seus serviços, nos seus misteres, a satisfação dessa necessidade em cujo requerimento, peço aos Srs. Deputados que o aprovem.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 117/76, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Andrada, ligando o Distrito de Alto Alegre à sede do município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 14/77, que declara de utilidade pública o “Instituto Cultural Brasileiro - Germânico”, com sede na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 14/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o “Instituto Cultural Brasileiro-Germânico”, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 18/77, que autoriza o Poder Executivo alienar área de terras que especifica, situada no Núcleo Vera Guarani, Município de Paulo Frontin. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 18/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a área de terras constituída de 25 (vinte e cinco) alqueires, situada no Núcleo Vera Guarani, adquirida conforme transcrição de números 685 e 686, do Livro 3-A, fls. 38, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, sugerindo providências no sentido de que, dentro do programa “Esporte para o Povo” sejam construídas canchas de esportes em diversas localidades. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando voto de louvor à pintora paranaense Ivonetti; Gomes Miessa, por haver esta, com seus quadros reproduzindo paisagens autenticamente paranaenses, participado do III Encontro dos Artistas Plásticos de Brasília e Bienal de São Paulo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo providências visando a instalação de agência ou sub-agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de Cafezal, município de Iporã. — Em discussão.

O SR. ERNESTO GNOATO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Presidência da SANEPAR e à Prefeitura Municipal de Cascavel, sugerindo-lhes seja firmado convênio para que a responsabilidade do sistema de água e esgoto do Distrito de Cafelândia do

Oeste, seja assumida pela SANEPAR. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, bem como aos Srs. Ministro da Justiça e Grupo de Trabalho, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja estudada a viabilidade da criação do Estado do Iguaçu, desmembrando do Estado do Paraná. — Em discussão.

O SR. FUAD NACLI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão, adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, sugerindo sejam envidados esforços visando a implantação da segunda fase do primeiro grau no Distrito de Marilú e na localidade denominada “Água Torta”, no município de Iretama. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi, na sessão de ontem, para discutir este requerimento, não para discordar com o nobre e ilustre Sr. Deputado Antônio Facci, mas para reforçar a sua solicitação.

Desejo, porém, fazer alguns esclarecimentos que julgo necessários. Quando da minha posse como Deputado, no mês de janeiro, fui convidado a servir de paraninfo da turma que terminava o ginásio no município de Iretama, turma que era composta de 60 alunos.

Naquela oportunidade, constatamos que alunos de Marilú e Água Torta, terminavam o ginásio estadual na sede do município de Iretama. Sentimos, então, a necessidade de se criar de imediato uma escola de segundo grau naquele município.

No prazo de vinte e cinco dias providenciamos a montagem de todo o processo para a criação da escola de segundo grau. Para isto tivemos a grande ajuda da Secretaria de Educação de nosso Estado e tivemos o desprendimento e o esforço do Prefeito Municipal de Iretama e nos foi possível assim fazer com que, no prazo de vinte e cinco dias, pudesse funcionar o curso de Segundo Grau que lá não existia.

Porque entendemos, na oportunidade, que o curso de segundo grau se fazia mais urgente e necessário que a ampliação dos cursos de primeiro grau.

Porisso continuamos nossa luta, digo nossa luta e do Prefeito daquele município, para ampliar a rede de estabelecimentos de ensino de primeiro grau, principalmente na parte que concerne ao antigo ginásio que hoje, dentro da reforma, é da quinta à oitava séries, que o ilustre Deputado Antônio Facci pede.

Nós, juntamente com S.Exa. o Sr. Prefeito Municipal, nos dirigimos à Secretaria de Educação e Cultura, buscando, procurando e reivindicando que se instalasse, realmente, no distrito de Marilú, o ginásio, ou a extensão do curso ginásial. Tivemos a informação, e a informação é concreta, pública e notória, de que só se consegue ampliação de curso de primeiro grau, primeiro ciclo, da primeira à oitava série, com a reforma do ensino, como bem frisou o ilustre Deputado, autor do requerimento, dizendo que é imperativo da reforma do primeiro ciclo, a instalação da quinta à oitava série.

E sabendo disso, justamente com o Prefeito e com o Inspetor de Ensino daquela região, e que é o Inspetor de Campo Mourão, estamos providenciando a implantação da reforma no município de Iretama, para que se tenha condições de se instalar esses cursos pretendidos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consideramos o

o requerimento do nobre Deputado Antônio Facci mais um incentivo, mais uma soma no nosso trabalho. Por isso, votamos a favor desse requerimento que se vem somar ao nosso esforço, ao esforço do Prefeito daquele município, ao esforço da comunidade de Iretama e vai se concretizar na conquista de uma vida melhor para o povo daquele município.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Continua em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo medidas visando a implantação da segunda fase do ensino do primeiro grau, na localidade denominada "Alto São João", do município de Roncador. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos, aproveitando o requerimento de autoria do nobre Deputado Antônio Facci, dizer que, realmente, a localidade de Alto São João, é totalmente povoada. Aquela gente merece e precisa de uma escola de primeiro grau. Mas, também não é menos verdade, Sr. Presidente, que o Prefeito de Roncador, município que tenho a honra de representar nesta Casa, encontra-se na pior situação que se possa imaginar, visto que arca com toda a responsabilidade do ensino primário, primeiro e segundo graus.

Portanto, o Prefeito com pequena arrecadação, quase que está impossibilitado de fazer o pagamento aos professores locais.

Mas, mesmo assim, aquele Prefeito idealizador, dinâmico, trabalhador, sempre que vem à Capital, vai até a Secretaria de Educação para, juntamente com este Deputado, ver da possibilidade de passar para o Estado aquele ginásio.

Mas, infelizmente, no momento, o próprio Secretário Borsari Neto, não vê possibilidade, nem condições dessa estadualização. E o Prefeito continua, mesmo com bastante dificuldade, pagando os professores, arcando com as despesas decorrentes do ensino de Roncador.

Não somos, absolutamente, contra o requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci.

Votaremos, isso sim, favoravelmente. Mas queríamos que o Deputado Antônio Facci nos trouxesse, sempre, a esta Casa, sugestões como esta.

Não vemos nenhum prejuízo para Roncador e para o ensino naquele município.

Concordamos que sempre o Deputado, que também representa com bastante eficiência o município de Roncador, colabore desta maneira conosco. Traga os seus requerimentos, traga as suas sugestões que nós os aceitaremos. Porque quando vemos um Deputado que requer alguma coisa em benefício de nossa gente, em benefício, principalmente, de Roncador, só temos a elogiar e só poderemos apoiar integralmente.

Mas, futuramente, deverá ser criado, já que estamos tratando da documentação junto ao INCRA e aos órgãos competentes, o Distrito de Alto São João.

E assim que seja criado por lei, ou melhor, assim que esteja aprovada toda a documentação junto ao INCRA e aos demais órgãos, encaminharemos, nesta Casa, um projeto para a criação do Distrito Administrativo de Alto São João. E peço hoje que, quando da assinatura daquele projeto, o eminente Deputado Antônio Facci aponha a sua assinatura junto à minha. Juntos, trataremos da implantação do primeiro grau em Alto São João que aliás, está tão bem reivindicada por V. Exa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pode parecer, para alguns Deputados, que os requerimentos de nossa autoria apresentados à Mesa, pedindo à Secretaria de Educação do Estado que implante a segunda fase do primeiro grau em sedes de distritos rurais, como chamados, ou em povoados, estejam sendo tratados de maneira minimizada.

No entanto, existe a Lei 5692, já de 1970, que fala de implantação de reforma de ensino em nosso País. Nós já tratamos do assunto várias vezes.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já durante estes últimos quinze dias, estamos sempre encaminhando à Mesa requerimentos desta natureza para esta ou aquela localidade. O que pretendemos?

Pretendemos que os Srs. Deputados da ARENA, representantes destes municípios, Roncador e de Iretama, passem a pressionar os órgãos governamentais procurando fazer com que a população rural de nosso Estado receba a mesma facilidade de frequentar a escola e que faça, pelo menos, o ensino básico que têm as zonas urbanas.

É inadmissível que na nossa zona rural, o nosso trabalhador rural tenha que deixar a terra, tenha que deixar o seu sítio, a sua lavoura, e mudar-se para a cidade para ver seu filho terminar apenas o curso primário.

É uma situação vexatória até porque nestes distritos rurais se fazem festas de formatura quando termina o quarto ano primário.

Quantas vezes temos presenciado isto. Esta situação é impossível de se continuar aguentando em nosso Estado.

Vemos as manchetes nos jornais, vemos as propagandas na televisão que o Governo dá material escolar, dá alimentação escolar, e eu pergunto aos ilustres Deputados Augusto Carneiro e Jurandir Messias, representantes daqueles dois municípios, quando é que chegou em Alto São João, Água Torta, ou Marilú, merenda escolar? Nunca chegou! Nós temos passado por lá algumas vezes até mesmo impelidos por interesses pessoais porque lá mantemos algumas propriedades rurais, e vejamos, Srs. Deputados, lá não vimos, em vez alguma, alunos sequer com o seu guarda-pozinho, porque é uma população pobre. Ela precisa de assistência!

O requerimento, apesar de ser específico para algumas localidades, tem a intenção de alertar o Governo do nosso Estado para o problema do ensino na nossa zona rural, e o apoio que estamos recebendo dos dois ilustres Deputados da ARENA e certamente de toda a Casa nos dá forças ainda para, como eu disse — pequenos requerimentos deveriam ser apresentados em Câmaras Municipais — lutarmos pela criança, porque eu acredito que a criança deve ser preocupação do Vereador, do Prefeito, do Deputado, do Governador, do Presidente da República e de toda esta Nação, porque é nela que reside a esperança de um Brasil melhor! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do Expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de que seja instalado um destacamento de Bombeiros na cidade de Campo Mourão. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 87/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 95/76, 108/76 e 31/77.

Levanta-se a sessão.